

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.986 - SP (2019/0300673-5)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DANIEL MOBLEY GRILLO - RJ134850
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CARLOS DA SILVA KILER
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de CARLOS DA SILVA KILER apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação Criminal n. 0104328-40.2014.8.26.0050).

Consta dos autos que o paciente foi condenado às penas de 3 anos de reclusão, em regime aberto, e 10 dias-multa, pela prática do crime do art. 16, *caput*, da Lei n. 10.826/2003, sendo a pena privativa de liberdade substituída por medidas restritivas de direitos. O paciente, ainda, foi absolvido quanto ao delito do art. 180, *caput*, do Código Penal e os corréus foram absolvidos dessas duas imputações.

Depreende-se do relatório da sentença (e-STJ fl. 17):

BRUNO SILVA CORTES SANTOS, CARLOS DA SILVA KILER e THIAGO ARAÚJO RAMALHO, qualificados nos autos, foram denunciados como incurso nas sanções do art. 16, *caput*, da Lei n. 10.826/03 e art. 180, *caput*, do Código Penal, porque, em 18 de novembro de 2014, antes das 12:00 horas, na Rua Romão Camacho, n. 41, Guaianazes, nesta capital, **Bruno tinha em depósito, ocultava, forneceu e ainda cedeu para Carlos da Silva Kiler e Thiago Araújo Ramalho, uma arma de fogo consistente em uma pistola marca Taurus, calibre .40, de uso proibido e restrito, numerada, municiada com 05 (cinco) cartuchos íntegros, além de outros 28 (vinte e oito) cartuchos íntegros e 02 (dois) carregadores com 11 (onze) cartuchos íntegros cada um, do mesmo calibre, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, apreendidas em poder de Carlos e Thiago** na mesma data, por volta das 12:00 horas, na Estrada de Poá, altura do n. 1.600, Guaianazes, nesta capital. (Grifei)

A apelação criminal do Ministério Público foi parcialmente provida, a fim de condenar o paciente, como incurso no crime do art. 16, *caput*, da Lei n.

Superior Tribunal de Justiça

10.826/2003, às penas de 3 anos de reclusão, em regime semiaberto, e 10 dias-multa, e indeferir a substituição da sanção corporal por medidas restritivas de direitos. A sentença também foi reformada, para condenar os 2 corréus pela prática desse delito.

Eis a ementa do acórdão (e-STJ fls. 49/50):

Porte e posse ilegal de arma – Recurso ministerial buscando a condenação dos réus Bruno e Thiago. bem como o ajuste da pena e do regime do corréu Carlos – Provas francamente incriminadoras também quanto a Thiago e Bruno – Prova oral que comprova o porte de munições de uso restrito por Thiago, bem como a posse de munição também de uso restrito por Bruno – Prova pericial que atestou a eficácia das munições com eles apreendidas – Delitos de perigo abstrato – Desnecessidade de apreensão de arma de fogo junto às munições – Penas de Thiago e de Bruno estabelecidas no mínimo legal - Substituição das penas corporais por alternativas, porque preenchidos 03 requisitos legais – Regime aberto fixado para ambos em atenção à suficiência e reprovabilidade – **Pena do réu Carlos ajustada – Exasperação da pena base em decorrência das circunstâncias do delito – Réu que portava e disparava arma de fogo receptada, na via pública, sob efeito de drogas – Maior reprovabilidade da conduta – Retorno ao mínimo legal ante as atenuantes da confissão espontânea e da menoridade relativa - Cassação da substituição da pena corporal por alternativas e impossibilidade de concessão de *sursis* – As circunstâncias do crime o revestem de maior reprovabilidade, de modo que a resposta penal substitutiva não se mostra socialmente recomendável no caso concreto – Recrudescimento do regime para o semiaberto pelas mesmas razões – Dado parcial provimento. (Grifei)**

Opostos embargos de declaração, foram eles rejeitados.

No presente *writ*, a defesa sustenta ilegalidade decorrente do aumento da pena-base em 1/6 acima do mínimo legal, aduzindo que o fato de a arma de fogo ser produto de anterior crime de roubo é elemento integrante do tipo penal previsto no art. 16, *caput*, do Estatuto do Desarmamento. Além disso, argui que não se comprovou a ciência do paciente acerca do roubo antecedente, nos autos da ação penal originária.

Alega constrangimento ilegal na imposição de regime de cumprimento de pena mais severo, sob o argumento de que foram apontados elementos inidôneos e inerentes ao tipo penal, quais sejam: de que "*Carlos portava e disparava arma de fogo de uso restrito, produto de roubo, pela via pública, sob efeito de entorpecentes, como ele próprio admitiu e a prova oral demonstrou*" (e-STJ fl. 8). Defende que a conduta relativa

Superior Tribunal de Justiça

ao disparo de arma em via pública deve ser absorvida pelo crime de porte de arma de fogo de uso restrito, pela incidência do princípio da consunção. Invoca, ainda, as Súmulas n. 718 e 719/STF.

Assere ofensa ao art. 489, § 1º, I, III e VI, do Código de Processo Civil, c/c o art. 3º do Código de Processo Penal, apontando falta de motivação suficiente para a reforma da sentença condenatória.

Requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos do acórdão hostilizado e, no mérito, o redimensionamento da pena-base e a fixação do regime aberto de cumprimento de pena.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal de Justiça, ressaltando-se que deverá noticiar a esta Corte qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta irresignação.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

